

## NOTICIÁRIO

---

### DEFESA DE TESE APRESENTADA AO DOUTORAMENTO NA CADEIRA DE HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO PELA LICENCIADA MAFALDA P. ZEMELLA

No mês de março do ano passado, defendeu tese para obter o título de doutor em história a licenciada Mafalda P. Zemella, assistente da cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, tendo sido aprovada. A tese defendida consistiu de uma monografia sobre o **Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no Século XVIII**, de 308 páginas datilografadas e onde estão desenvolvidos os seguintes capítulos: A descoberta do ouro e do diamante na Capitania das Minas Gerais; O povoamento das Gerais; O problema do abastecimento das Gerais; Os mercados abastecedores das Gerais; Os transportes dos gêneros, utensílios e escravos; O comércio nas Gerais; O consumo das populações das Gerais; Crítica do abastecimento; Os núcleos de produção das minas; Conclusões.

Essa monografia foi examinada por uma banca composta dos professores Alfredo Ellis Jr. (presidente), E. Simões de Paula, catedráticos, respectivamente, de História da Civilização Brasileira e História da Civilização Antiga e Medieval da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (U. S. P.), Inácio Benevides de Rezende, professor de Sociologia da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (U. S. P.), Thomás Oscar Marcondes de Sousa e José Pedro Leite Cordeiro, ambos do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Iniciou a arguição o prof. Inácio Benevides de Rezende que pretendeu examinar o referido trabalho sob dois aspectos: o da forma e o do conteúdo. Carecendo, todavia, de tempo para tratar do segundo aspecto da sua crítica, sua arguição restringiu-se apenas à correção de formas lingüísticas, como deslises gramaticais, excesso de liberdade de linguagem, etc.

A candidata concordou com quase todas as observações citadas, justificando-as com o fato de não ser especialista em questões de gramática portuguesa e se ter preocupado somente com o conteúdo histórico da sua tese, bem mais importante e digno de atenção segundo seu modo de pensar.

Seguiu-se na arguição o Sr. Thomas Oscar Marcondes de Sousa. Começou por dizer que o trabalho apresentado pela candidata não era original e nem o nome de tese devia merecer porque nele não havia definição de uma proposição. E, continuando, fez uma série de observações das quais as principais foram as seguintes: não viu na tese a necessária base geográfica afim de que melhor seja explicado o bandeirismo; as rotas de navegação atlântico-europeias não tinham como pontos de escala as ilhas da Madeira e Açores, mas sim a ilha de Santiago, situada a oeste de Cabo Verde; exagerou e muito a candidata quando, apoiada em Alfredo Ellis Jr., afirmou que o ouro

brasileiro levado para a Europa não somente deu origem à Revolução Industrial como à própria Revolução Francesa (a indústria inglesa que se originou do ouro brasileiro teria empobrecido de tal maneira a França, consequência de tratados comerciais infelizes que esta assinou com a Inglaterra, e preparado assim o ambiente para a Grande Revolução); cometeu grave senão, abusando no seu trabalho de idéias já defendidas por Alfredo Ellis Jr., sem ao menos citar o seu patrono; e, finalmente, fez a candidata importantíssimas afirmações que careciam, no entanto, da necessária comprovação documental.

Com a palavra, a candidata defendeu a originalidade do seu trabalho e sustentou que o mesmo é também uma tese, pois nele há uma série de problemas propostos que sempre procurou provar. Respondendo às observações do seu arguidor, prestou os seguintes esclarecimentos: não interessava o bandeirismo ao seu trabalho, não se preocupando assim com as suas bases geográficas; carta régia que tivera oportunidade de ler falava nas ilhas da Madeira e Açores como rotas de navios; acreditava, conforme é pensamento do prof. Ellis Jr., titular da cadeira de que ela é assistente, no decisivo papel representado pelo ouro brasileiro na Revolução Francesa; e, concluindo, nunca poderia citar Alfredo Ellis Jr. nos casos levantados pelo seu examinador: eles não se referem a idéias mas sim apenas a fatos históricos, que assim, não são da propriedade particular de ninguém.

O terceiro examinador, dr. Leite Cordeiro, fez dois tipos de crítica: geral e específica. Quanto ao aspecto geral não concordou com a bibliografia utilizada que, embora extensa, carecia de certos livros e documentos fundamentais. E a tese deveria estar metodologicamente melhor apresentada. Especificamente foram estas as suas principais observações: deveria a candidata se aproveitar mais dos documentos de Felix Pacheco afim de melhor explicar a descoberta do ouro; não foram muito bem historiadas as circunstâncias que levaram os bandeirantes à descoberta do ouro: por que se esqueceu da importância dos fatores geográficos?; a candidata dava a impressão de que somente depois da decadência do açúcar nordestino é que se pensou no descobrimento do ouro: mas como se explicam as inúmeras pesquisas auríferas dos séculos XVI e XVII, anteriores, portanto, àquêle acontecimento? Exagerou a importância das consequências que o ouro das Gerais teria projetado na região do Prata e, além disso, não citou nenhuma documentação que as comprovasse; por fim, contrariamente ao afirmado, São Paulo nunca deveria ter sido grande fornecedor das Minas Gerais devido ao êxodo da totalidade da sua população para àquelas regiões auríferas.

Respondendo, a candidata concordou com a crítica geral feita pelo seu examinador. Justificou, porém, algumas das críticas específicas: quanto aos documentos de Felix Pacheco e às circunstâncias que levaram os bandeirantes à descoberta do ouro não julgou necessário se alongar muito, pois eles não se referiam diretamente ao assunto da sua tese que é apenas sobre o abastecimento das Gerais; e, no seu modo de entender foi a decadência do açúcar nordestino, ocasionando a queda do bandeirismo de apresamento, que levou tanto planaltinos como portugueses e nordestinos à procura do ouro.

Com a palavra o quarto examinador, prof. E. Simões de Paula. Após dizer que a tese apresentada não é trabalho inteiramente original — coisa inexplicável em se tratando de assunto de história do Brasil — assinalou o prof. Simões de Paula alguns enganos cometidos pela candidata. Foram os seguintes: 1) A candidata afirmou que a "descoberta do ouro, se nos menores detalhes, foi obra do acaso, na sua concretização foi, acima de tudo, obra da fatalidade histórica." (p. 6). Mas, na p. 5 já havia escrito: "Essa descoberta foi o resultado do esforço continuado de gerações que se sucederam." 2) Referindo-se ao bandeirismo de apresamento e sua importância disse: "Sem esse duro trabalho de desbravamento do "hinterland" brasileiro, não seria possível abrir-se a era dourada da mineração." Engano pois que o bandeirismo de apresamento se dirigiu para o sul enquanto que o bandeirismo de mineração se dirigiu para o norte, onde não houve, portanto, nenhum trabalho de des-

bravamento por parte do primeiro. E como se explica a mineração em outras regiões do Brasil onde não houve apresamento? 3) Novo engano às ps. 17/18: "Pelo bando de 5 de agosto de 1734, todos os antigos moradores que mineravam na região, tiveram que abandonar suas lavras; os diamantes passaram a ser explorados pela Metrópole, diretamente ou através de um contratador." A candidata não explicou porque e, além disso, não foi pelo bando de 1734 mas sim pela carta régia de 16 de março de 1731 (Simonsen, *História Econômica do Brasil*, tomo II, p. 77), que os trabalhadores foram expulsos das lavras; e mais, somente em 1771 é que a Metrópole passou a explorar diretamente as minas diamantíferas. 4) Graças ao abastecimento das Gerais a "economia se transfigurou pelo aparecimento do comércio interno que até então não existira no Brasil e abriram-se novas perspectivas para a produção de artigos de subsistência." (p. 34). Nunca existiu comércio interno no Brasil antes do ouro? E a venda do índio apresado ao Nordeste açucareiro, conforme a tese tão do gosto do prof. Ellis Jr. do qual, aliás, a candidata é assistente? A seguir, fez o prof. Simões de Paula uma série de outras observações: 1) À p. 15 a candidata falou dos aspectos geológicos das minas e do ouro. Por que não citou a obra em que se apoiou? Não seria a *História Econômica do Brasil* de Simonsen? 2) Sobre a política metropolitana com relação às minas: "Dificultou-se de toda forma a vinda de portugueses e, aqui nas cidades do litoral, procurava-se impedir a passagem para as minas, exigindo-se passaportes, licenças e ordens especiais para os que quisessem fazê-lo" (pp. 24/25). Quais os requisitos que o indivíduo deveria possuir para conseguir passaporte afim de ter acesso às minas? 3) Não soube interpretar claramente o pensamento de Simonsen, quando afirmou: "Descobri-se nas Gerais a maior massa aurífera já revelada ao homem desde a queda de Roma." (p. 28). E o ouro californiano e africano? Deveria dizer até então, ou até aquele tempo (séc. XVIII) revelada ao homem desde a queda de Roma. 4) Grandes lacunas no capítulo "O povoamento das Gerais": nenhum dado ou cálculo estatístico da população das Gerais antes do descobrimento do ouro, nada sobre a população relativa, nada também quanto ao elemento humano: qual o que predominava?, não fez uma distribuição geográfica com relação a maior ou menor produção das áreas de extração, etc. 5) Quando estudou o ciclo do muar (pp. 43-46) não citou ao menos o número de cabeças de gado que anualmente vinham das regiões sulinas. Por que não se aproveitou do resumo estatístico apresentado por Ellis Júnior (apud Aluísio de Almeida) no seu artigo "O Ciclo do Muar" e publicado na *Revista de História*, n.º 1, v. I, 1950, p. 73? 6) A candidata cometeu o grave deslize, em se tratando de uma tese, de não citar nenhum documento comprovante de importantíssimas afirmações que fez em todo o decorrer do seu trabalho (pp. 96, 133, 148, 160, 181, 216 etc.). Para finalizar, deu o prof. Simões de Paula algumas sugestões: 1) O português que cruzou com o indígena no Planalto paulista não seria em grande parte judeu? 2) O apogeu do contrabando no Brasil não teria sido também uma consequência do abastecimento das Gerais? 3) O abastecimento das Gerais, seguindo a tese da própria candidata, não trouxe também consequências para as nossas lutas de caráter nativista? Estas duas últimas sugestões não deveriam figurar no rol das conclusões citadas na tese?

A candidata agradeceu as questões levantadas pelo seu examinador, concordando com a maioria delas. Justificou, no entanto, algumas das lacunas e imprecisões do seu trabalho: nem sempre lhe fôra dado contar com apreciável documentação que, às vezes mesmo, carecia por completo.

O último examinador foi o prof. Alfredo Ellis Jr., patrono da tese. Não aceitou as restrições feitas pelo prof. Marcondes de Sousa quanto à importância que o ouro brasileiro teve tanto na Revolução Industrial como na própria Revolução Francesa. Criticou a candidata pelo fato de ter feito afirmações categóricas demais, quando na realidade deveria proceder com prudência e cautela, já que as mesmas não estavam apoiadas em base documental. Con-

cluindo, observou que a candidata freqüentemente se aproveitou de idéias que lhe não eram próprias, sem ao menos citar os seus autores.

ALDO JANOTTI.

**DEFESA DE TESE APRESENTADA AO DOUTORAMENTO NA CADEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA E HISTÓRIA DAS DOCTRINAS ECONÓMICAS DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO PELO LICENCIADO HÉLIO SCHLITTLER SILVA.**

O Licenciado Hélio Schlittler Silva, 1.º assistente da Cadeira de Economia Política e História das Doutrinas Econômicas, defendeu no dia 22 de junho de 1951 a dissertação com que se apresentou ao Doutorado, intitulada **O Comércio Exterior do Brasil (1822-1918)**. Transcrevem-se a seguir o sumário e as conclusões desse trabalho.

**I N D I C E**

**INTRODUÇÃO**

Apresentação do assunto  
Limitação do assunto  
Plano de trabalho

**CAPÍTULO I — O COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL  
NO SÉCULO XIX**

Secção I — A política comercial brasileira

A — A fase liberal (1822-1844)  
B — As tentativas protecionistas (1844-99)

Secção II — O comércio exterior do Brasil

§ 1.º — A composição da exportação e da importação.  
§ 2.º — A distribuição da exportação e da importação.  
§ 3.º — O balanço de pagamentos e o câmbio.

Resumo.

**CAPÍTULO II — O COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL  
NO PERÍODO DE 1900-1914**

Secção I — A política comercial brasileira

§ 1.º — A tarifa aduaneira  
§ 2.º — A política cafeeira

Secção II — O comércio exterior do Brasil

§ 1.º — O movimento da exportação e da importação. O balanço de pagamentos e o câmbio.